

## RESENHA CRÍTICA DO LIVRO “COMO AS DEMOCRACIAS MORREM” DE DANIEL ZIBLATT E STEVEN LEVITSKY

Caio de Mesquita Dyer<sup>1</sup>  
Eduardo Rodrigues Soter<sup>2</sup>

### 1. Introdução

Daniel Ziblatt e Steven Levitsky são professores de ciência política da Universidade de Harvard. O foco da pesquisa de Levitsky é na América Latina e em países em desenvolvimento, enquanto Ziblatt estuda a Europa do século XIX. Diante da recente eleição de Donald Trump, os dois professores uniram seus conhecimentos para realizar, no livro **Como as democracias morrem**, uma análise sobre o enfraquecimento das democracias ao redor do mundo na atualidade, comparando-os com casos passado. Ziblatt e Levitsky focam seus estudos na história da democracia norte-americana, descrevendo sua formação, momentos de crise e como o sistema de freios e contrapesos da Constituição dos Estados Unidos, bem como as regras não escritas, serviram para defender a manutenção da democracia mais antiga do mundo moderno, agora possivelmente ameaçada por um presidente de fora do *establishment* político<sup>3</sup> que apresenta traços autoritários.

### 2. A subversão das democracias

Quando tentamos imaginar a morte de uma democracia, a tendência é pensar em um golpe militar, aos moldes do que ocorreu no Brasil em 1964, ou no Chile em 1973, protagonizados pelas forças armadas, com o uso de armas e blindados, transformando uma democracia em uma ditadura do dia para a noite. O que o livro procura mostrar é justamente o oposto. Na era moderna, as democracias morrem lentamente, muitas vezes por meio de processos legalmente legítimos. Os líderes autoritários não chegam mais ao poder através de um conflito armado, mas por meio de eleições. Daí em diante, eles utilizam a lei a seu favor para expandirem suas autoridades e se perpetuarem no poder. A conclusão é que a própria democracia leva ao seu fim, quando seus mecanismos de defesa não são efetivos o suficiente para impedir a chegada de demagogos ao poder.

---

<sup>1</sup>Graduando da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup>Graduando da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os autores identificam as técnicas utilizadas por autocratas para subverter a democracia por meio de uma interessante comparação com uma partida de futebol. Para que se consolidar no poder, potenciais autoritários precisam capturar o árbitro, tirar da partida os melhores jogadores do time adversário e alterar as regras do jogo para seu próprio benefício. Esses métodos são exemplificados ao longo da narrativa. Os autores mencionam o caso da Hungria, onde o governo de Viktor Orbán alterou a composição de vários órgãos supostamente independentes, inclusive a própria Corte Constitucional. Na Rússia, o governo de Vladimir Putin utilizou autoridades fiscais para prender e assustar veículos de mídia e grandes empresários que se opunham ao seu governo, inclusive Mikhail Khodorkovsky, o homem mais rico do país, que foi preso por uma denúncia de fraude e desvio de dinheiro após ter começado a financiar partidos de oposição. Ele ficou na prisão por quase uma década e o recado aos opositores de Putin foi dado. Além disso, para se perpetuar no poder os governos precisam fazer mais, mudando as regras do jogo a seu favor. Isso pode ser feito através de reformas das instituições, do sistema eleitoral ou da Constituição, que muitas vezes são levadas a cabo sob o pretexto de trazer algum benefício público. Ainda na Hungria, o governo de Orbán utilizou sua maioria no Parlamento para reescrever a Constituição e as leis eleitorais para consolidar a sua vantagem. As novas regras eleitorais favoreciam o maior partido, redesenhando as fronteiras dos distritos eleitorais para maximizar suas cadeiras.

Mas afinal, como autocratas chegam ao poder? Existem várias formas, mas em diversos casos, principalmente os mais atuais, é através do voto popular em candidatos que, geralmente, não são políticos tradicionais ou fazem discursos anti-*establishment*. No início do livro, os autores analisam casos em que *outsiders*<sup>4</sup>, como Hitler e Mussolini, ganharam bastante popularidade entre o eleitorado, através de discursos ultranacionalistas e com viés autoritário, que atraíram boa parte da sociedade, geralmente descontente com a situação política e econômica de seus países. Por atraírem bastante a atenção do eleitorado, muitos políticos tradicionais gananciosos se aliaram a esses demagogos a fim de aproveitar a “onda” de popularidade e atraírem mais votos. Porém, uma vez que um autocrata chega ao poder, suas tendências autoritárias se tornam cada vez mais visíveis e as democracias cada vez mais frágeis, uma vez que, conforme exemplifica o livro, uma situação semelhante ocorreu na Venezuela, onde o ex-presidente Rafael Caldera apoiou a tentativa de golpe liderada por Hugo Chávez, após perceber que suas ideias tinham sido vistas com bons olhos por uma notável parcela da sociedade venezuelana. Naquela época, Caldera era senador e

sua carreira política estava em decadência. Ele viu o discurso antipolítico de Chávez como uma moda passageira e viu uma oportunidade de se aproximar do eleitorado para pôr em prática seu plano ambicioso de retornar à presidência. Em 1993 abandonou o seu partido, lançou sua candidatura à presidência como um candidato anti-establishment e atingiu seu objetivo. Em 1998 era a vez de Chávez, que derrotou facilmente o candidato da oposição, e ocupou a cadeira presidencial até sua morte, em 2013. Rafael Caldera achou que poderia controlar o viés autoritário de Chávez, mas não conseguiu. Segundo o livro, subestimar e dar voz a políticos com discursos autoritários e antidemocráticos é um dos principais motivos que levam as democracias ao redor do mundo à morte.

### **3. Identificando autocratas**

O livro ensina a identificar possíveis autocratas através de uma tabela que apresenta quatro indicadores de comportamentos autoritários. Os autores mencionam que não é necessário que o político em análise apresente todos os indicadores para ser considerado autoritário. Portanto, quanto mais indicadores eles apresentarem, maior será o risco que apresenta à democracia. O primeiro é a rejeição às regras do jogo democrático. Quando candidatos rejeitam a Constituição, propõem restringir os direitos civis e políticos, endossam meios extra constitucionais para modificar o governo, como golpes e insurreições violentas e deslegitimam o processo eleitoral, recusando-se de aceitar os resultados eleitorais ou alegando fraude, eles estão ferindo princípios fundamentais de um princípio democrático. O segundo é negar a legitimidade de seus oponentes políticos, acusando-os de subversão, de serem criminosos, ou até de não amarem o país, colaborando com governos estrangeiros. O terceiro é ser tolerante e encorajar a violência, através de laços com gangues armadas, milícias ou guerrilhas, ou elogiarem atos significativos de violência política. O quarto e último indicador é a propensão a restringir liberdades civis através de medidas autoritárias que reduzam liberdades da imprensa e de adversários.

Ao observar os indicadores desenvolvidos pelos autores e trazê-los para o cenário brasileiro atual, podemos enquadrar diversas figuras da política nacional, incluindo o 38º presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, do PSL. Durante seu mandato parlamentar, Bolsonaro demonstrou possuir tendências autoritárias. O deputado desenvolveu propostas legislativas que contariam o caráter cidadão de nossa Carta Magna, como a PL5398/2013, que tornaria a castração química uma medida de progressão de pena para

condenados por estupro. Essa medida seria inconstitucional, já que a Constituição Federal, em seu art. 5 inc. XLVII, veda penas cruéis. Além disso, em entrevista ao programa Câmara Aberta em 1999, o ex-deputado disse que, se eleito, fecharia o Congresso e daria um golpe no mesmo dia. Enquanto candidato, Bolsonaro e membros de seu partido questionaram a legitimidade do sistema eleitoral brasileiro, afirmando que as urnas eletrônicas utilizadas nas votações não são inseguras, e que não aceitaria um resultado diferente de sua eleição. Em um vídeo ao lado de seu guru econômico Paulo Guedes, Bolsonaro contestou os resultados do primeiro turno, alegando que foi vítima de fraude eleitoral, devido a uma suposta manipulação nas urnas, que nunca foram provadas.

Bolsonaro também se encaixa no segundo indicador, negando a legitimidade de diversos oponentes políticos, algo que ficou bem claro nas eleições presidenciais de 2018. A campanha do capitão reformado teve grande foco em atacar diretamente o Partido dos Trabalhadores e seus membros, alegando que o candidato do PT, Fernando Haddad, seria um fantoche do ex-presidente Lula, preso em após condenação em segunda instância.

O terceiro indicador é, talvez, onde Bolsonaro mais se enquadra. O militar, opositor do Estatuto do Desarmamento, tem um gesto em que imita, com as mãos, uma arma de fogo como marca registrada, reproduzindo-o até em crianças ao longo de sua campanha. Além disso, afirmou em entrevista ser favorável a tortura e um forte defensor do regime militar brasileiro, negando que tenha ocorrido um golpe protagonizado pelas Forças Armadas. Em entrevista, disse que seu livro favorito era "A Verdade Sufocada" de autoria do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira pela prática de **tortura** durante a ditadura. Bolsonaro dedicou seu voto no *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Embora se diga um defensor da liberdade de imprensa e contrário a regulação da mídia em seu plano de governo, Jair Bolsonaro mobilizou grande parte de sua campanha ao ataque às mídias tradicionais, afirmando que suas entrevistas eram editadas para lhe prejudicar, e que reportagens e artigos sobre ele eram mentirosos. A Folha de São Paulo, um dos maiores veículos midiáticos do país, foi um dos maiores alvos de seus ataques. Bolsonaro também atacou opositores. Em vídeo publicado antes do segundo turno das eleições, o capitão reformado ameaçou retirar direitos de seus opositores, declarando "Petralhada, vai tudo vocês (sic) pra ponta da praia. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca visto (sic) na história do

Brasil". Após esta última análise, podemos enquadrar nosso futuro presidente se em todas as quatro indicadores formulados pelos dois cientistas políticos norte-americanos, concluindo que Bolsonaro possui fortes tendências autoritárias, o que pode influenciar, de uma forma negativa, o seu governo.

#### **4. As normas não escritas e a manutenção da democracia**

A Constituição dos Estados Unidos geralmente é conhecida como um dos fatores principais para a manutenção da democracia norte-americana. Contudo, os autores destacam a existência de normas não-escritas que foram de extrema importância para assegurar a democracia no país. A reserva institucional e a tolerância mútua são os fatores que, segundo Ziblatt e Levitsky, tornaram os Estados Unidos uma das democracias mais bem estabelecidas do mundo. O primeiro presidente estadunidense, George Washington estabeleceu ao longo de seu mandato precedentes que vigoraram por muito tempo servindo como exemplo para os governos que o sucederam. Washington quis impedir que a figura do presidente se assemelhasse com a de um monarca autoritário. Para isso, ele não utilizou a totalidade do seu âmbito de seus poderes, emitindo poucas ordens executivas, vetando poucos projetos parlamentares, visando garantir a autonomia entre os poderes. A reserva institucional é importante pois, se governo e oposição utilizarem a totalidade de seus poderes legalmente atribuídos, não haverá governabilidade. Nem sempre os políticos norte-americanos praticaram uma política de tolerância mútua. Os republicanos e os federalistas, por exemplo, tratavam-se como inimigos. Porém, as exigências da política e uma ascensão de políticos da geração pós-revolucionária fez com que eles percebessem que na política às vezes se ganha e às vezes se perde. Tratando seus adversários políticos como oponentes legítimos, o jogo político era simplificado.

#### **5. A diluição das regras não escritas**

Havia entre os democratas filiados sulistas, que representavam uma linha mais conservadora dentro do partido, e no republicano, membros do Nordeste e os negros, que se alinhavam a uma visão mais progressista. Após a explosão dos movimentos pelos direitos civis as divisões partidárias norte-americanas se tornaram cada vez mais evidentes, quando os democratas decidiram apoiar o movimento negro e os republicanos optaram pela

manutenção do *status quo*. Com isso, os republicanos progressistas migraram para o lado democrata, enquanto os democratas conservadores se tornaram republicanos. Antes, as divergências eram sobre assuntos como medidas tributárias, que não apresentavam uma discussão acalorada entre os eleitores e políticos. Porém, com essa ruptura, as diferenças se tornaram cada vez mais marcantes, em temáticas raciais, por exemplo, o que polarizou a opinião política, gerando uma profunda divisão que não era apenas ideológica, mas racial, social e religiosa.

Dados apontam que o número de latino americanos, negros e outras minorias étnicas, agora identificadas com o Partido Democrata, vem crescendo nos últimos anos, enquanto o número de WASPs<sup>5</sup>, tradicionais eleitores do GOP<sup>6</sup> e classe dominante da população estadunidense, vem diminuindo paulatinamente. Isso fez com que as disputas se tornassem mais radicais, pelo medo por parte da maioria branca da perda do domínio e dos privilégios, fenômeno que ficou conhecido como “ansiedade de status”, descrito pelo historiador Richard Hofstadter em seu ensaio “*The Paranoid Style in American Politics*”. A luta pela manutenção do *status quo* fez com que os republicanos passassem a desrespeitar cada vez mais as regras não escritas da política dos Estados Unidos. Alterações desse tipo já ocorreram, inclusive, nos Estados Unidos, quando os democratas de estados sulistas alteraram as leis eleitorais para dificultar ao máximo o sufrágio negro, temendo pela perda do domínio político da região.

A diluição das regras não escritas leva a um cenário político mais hostil, onde os ataques feitos por parte do governo ou oposição são mais fortes, e o amplo uso dos poderes constitucionais, a fim de barrar o projeto político adversário, leva ao que os autores chamam de “jogo duro constitucional”. O jogo duro dos republicanos começou a se manifestar no primeiro mandato de Bill Clinton, eleito com pequena margem de diferença em relação ao candidato republicano George H. W. Bush. O governo Clinton foi marcado por duras disputas no Congresso, uma vez que os republicanos utilizavam a amplitude de seus poderes para tentar impedir o presidente de aprovar quaisquer planos de governo. Um exemplo disso foi a tentativa de impeachment em 1998, que não tinha apoio bipartidário e não conseguiu provar supostos crimes cometidos pelo democrata. A partir daí os republicanos utilizaram a sua maioria no poder Legislativo para redesenhar os distritos eleitorais em grande parte dos estados, a fim de maximizar o número de cadeiras do GOP nas assembleias estaduais e nas eleições federais. Além de ser um grande desrespeito a regra de reserva institucional, alterar o processo eleitoral sem um consenso entre partidos é, como visto anteriormente, uma

maneira utilizada por autocratas para subverter uma democracia.

A mídia, sobretudo noticiários de TV a cabo, rádio e redes sociais, contribuiu para a radicalização do eleitorado republicano, aumentando a popularidade de políticos relacionados a movimentos extremistas, como o *Tea Party*, em detrimento de políticos mais moderados, que não faziam ofensas diretas a outros candidatos. Durante o governo Bush, esses veículos criaram uma imagem do democrata como anti-americano, e dos veículos de mídiatradicionais de grande circulação como o New York Times ou a CNN como membros de um grande complô da esquerda, para manipular a população. Foi aí que a segunda regra não escrita da política americana foi quebrada, já que políticos perceberam que posicionamentos extremistas atraem atenção e votos com maior facilidade.

O caso brasileiro tem semelhanças com o caso norte-americano. A oposição, após perder a quarta eleição consecutiva, utilizou-se da amplitude dos mecanismos legais para tirar a então presidente Dilma Rousseff do poder, através de um processo *impeachment* fundamentado pela realização de "pedaladas fiscais", um termo utilizado para se referir a operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo. O objetivo desta resenha não é analisar se o objeto da denúncia que levou a cassação do mandato de Dilma de fato ocorreu, mas sim de ressaltar o que a medida tomada pelos políticos da oposição foi um exemplo de quebra da reserva institucional que, assim como nos Estados Unidos, vem sendo reduzida no Brasil. Na visão dos autores, um processo de *impeachment* é bastante traumático e politicamente desgastante, devendo ser utilizado apenas por motivos notoriamente graves, detalhadamente comprovados, em ocasiões com grande apoio parlamentar e popular.

As normas de tolerância mútua também estão se diluindo na política brasileira, catalisadas pela radicalização do eleitorado, que tem demonstrado aversão aos meios tradicionais de se fazer política, principalmente por conta de grandes escândalos de corrupção desbaratados na última década. Embora muitos partidos fizessem parte dos esquemas ilegais, o Partido dos Trabalhadores foi tido pela população como o "grande culpado", gerando uma onda "antipetista". Essa radicalização deu voz a candidatos extrema direita, que fizeram duros ataques a candidatos da esquerda, tratando-os como inimigos ilegítimos, ajudando a dissolver ainda mais as normas de tolerância mútua. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, empresas privadas financiaram, via caixa 2, a disseminação de *fake news*<sup>7</sup> contra candidatos de esquerda, em

especial do presidenciável petista Fernando Haddad. Outro episódio famoso foi quando o então candidato ao governo do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, quebrou, em um comício, uma placa que homenageava a vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada em um crime até agora não solucionado.

## **6. As grades de proteção da democracia**

O livro coloca os partidos como os legítimos guardiões da democracia, pois são os responsáveis por escolher os candidatos que vão concorrer aos cargos públicos. Dessa forma, é necessário ter muita cautela e um processo seletivo rigoroso que impeça indivíduos despreparados ou com discursos autoritários de serem eleitos. Como citado anteriormente, os autores mostram exemplos em que essas “grades de proteção” (sic) falharam. Mas também demonstra casos em que os partidos conseguiram afastar autocratas de chegarem ao poder. Nos Estados Unidos, muitos autocratas já tentaram concorrer à presidência, porém os mecanismos de seleção dos partidos Democrata e Republicano ajudaram a impedir que isso ocorresse. Henry Ford, um magnata *outsider* conquistou bastante fama utilizando-se do seu semanário “*Dear Born Independent*” para disseminar suas opiniões contra banqueiros, judeus e comunistas, publicando artigos que afirmavam haver uma conspiração de bancários judeus contra o povo americano. Suas visões radicais se popularizaram rapidamente, e Ford era cotado para disputar a presidência. Os caciques do Partido Democrata consideraram a ideia absurda, e se mostraram totalmente contrários a terem um *outsider* com ideais preconceituosos como candidato à presidência. Ao perceber que dificilmente conseguiria a indicação dos Democratas, Ford desistiu da ideia.

Até políticos do *establishment* como o ex-governador do Alabama, George Wallace, que defendia ideias racistas e autoritárias, que não possuíam apoio dos mandantes do partido tiveram grandes dificuldades em alcançar o plano de chegar à Casa Branca. Embora tenha tido bom desempenho em algumas rodadas das eleições primárias do Partido Democrata de 1964, renunciou diante da inevitável confirmação da candidatura de Lyndon Johnson, uma vez que este possuía apoio da maioria dos membros do partido. Nas eleições de 1968, sem apoio de um partido de peso, Wallace recebeu apenas 13% dos votos. É mister mencionar que essa defesa da democracia por parte dos partidos não é necessariamente por uma “bondade deles. Em diversos casos, os partidos estão apenas interessados em eleger o candidato que represente melhor o partido, e que seja mais próximo dos líderes partidários.



Mas afinal, como Donald Trump, um *outsider* com poucos amigos na política conseguiu burlar os freios impostos sistema partidário norte-americano e se tornar o candidato do GOP à presidência dos Estados Unidos? O processo começou em 1968, quando os democratas se dividiram entre apoiadores da política externa de Lyndon Johnson, que havia promovido uma intensificação da Guerra do Vietnã e os que haviam optado por uma opção contra a guerra, representados por Robert Kennedy, que mais tarde foi tragicamente assassinado e, portanto, substituído pelo vice-presidente Hubert Humphrey, profundamente popular entre os delegados antiguerra. Humphrey conquistou a indicação democrata sem concorrer em primárias, o que causou um grande descontentamento eleitorado do partido, que realizaram uma manifestação marcada pela violência policial chamada de Batalha da Avenida Michigan. A partir daí ambos os partidos adotaram um sistema de primárias presidenciais vinculantes. Os autores acreditam que tirar o controle da indicação dos candidatos à presidência dos chefes partidários facilitou a candidatura de *outsiders*. Embora mais democráticas, concordamos com os autores, pois pesquisas indicam estatisticamente que o número de candidatos de fora da política tem crescido exponencialmente nos últimos anos, especialmente no Partido Republicano, que adotou medidas menos controladoras que o Democrata.

Ao definir os partidos políticos como os "portões da democracia", responsáveis por escolher aqueles que irão disputar os cargos públicos, o livro nos faz trazer o tema, novamente, para a situação da política brasileira. Existem, hoje, no Brasil, 35 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Esse número é bem grande quando comparamos com outros países. Muitos desses partidos são fisiológicos e formam o chamado "centrão", por possuírem poucas características ideológicas e negociarem seu apoio ao governo em troca de cargos em estatais ou em ministérios. São poucos os partidos que realizam algum tipo de processo seletivo entre os futuros candidatos, o que entendemos como algo bastante negativo. É comum ver políticos brasileiros trocarem de partido, especialmente no período anterior às eleições. Entre os candidatos do ano de 2018 à presidência da República, podemos observar que Marina Silva já foi filiada a quatro partidos diferentes, Ciro Gomes a sete, e Jair Bolsonaro a oito. Observando esses dados, podemos reforçar a tese de que a maioria dos partidos do Brasil não são instituições sólidas e com ideologia bem definida, negociam apoio em troca de poder e servem a seus próprios interesses, o que dificulta que exerçam com êxito uma de suas tarefas mais importantes: manter a democracia brasileira distante de demagogos.

## 7. Defendendo a democracia

Com Donald Trump na presidência, o futuro democrático dos Estados Unidos estão em risco. Os autores apresentam, assim, três possíveis resultados. O primeiro seria o uma recuperação democrática causada pelo fracasso político do republicano. É, como destacam Ziblatt e Levitsky, o caminho mais improvável, já que o processo de enfraquecimento das grades de proteção vem acontecendo há décadas, juntamente com a polarização que o impulsiona. O segundo desfecho seria um onde os republicanos continuam a dominar a política estadunidense se utilizando de um discurso nacionalista branco e tomando medidas para cada vez mais aumentar seu poder. Em um cenário como esse existiria uma grande resistência de grupos minoritários, causando mais confrontações e até conflitos violentos. O terceiro cenário é, para os autores, o mais concebível. Ele seria marcado por uma crescente de polarizações, havendo um maior distanciamento das normas do jogo político. Em poucas palavras, essa seria uma democracia sem grades de proteção. O livro utiliza o exemplo da Carolina do Norte, um *swing state*<sup>8</sup> que pode ser considerado “um microcosmo da política hiperpartidária e da desconfiança mútua crescente no país”, segundo o professor de Direito da Universidade de Duke, Jedediah Purdy. Após a eleição do republicano Pat McCrory para governador, o GOP conseguiu o controle dos três poderes do estado. Com isso, se utilizaram de dados do histórico dos eleitores locais para aprovar uma série de reformas que dificultou o voto, direcionada principalmente contra eleitores afro-americanos.

A fim de defender a democracia estadunidense, muitos formadores de opinião e pesquisadores sugeriram que a forma de se opor ao governo seria lutar contra ele. Os autores, no entanto, discordam disso. Para eles, essa ação beneficia diretamente o jogo dos autoritários, pois unifica as forças pró-governo e afasta os moderados, além de justificar a repressão, causando um ciclo de polarização e ataques. Buscar a restauração das normas de tolerância e reserva mútua, para Ziblatt e Levitsky, é o caminho correto para a defesa da democracia, onde a oposição deve focar-se no Congresso, tribunais e eleições, sem esquecer de protestos políticos e pacíficos, um direito básico de qualquer Estado Democrático de Direito. A construção de coalizões que se estendam além dos aliados naturais também deve ser visada, pois embora ambos os lados possuam divergências, as convergências são capazes de unir eleitores de diversas ideologias ao redor de um só objetivo: a manutenção da

democracia. Essas alianças ajudam também a construir e sustentar a tolerância mútua, já que concordando com seus rivais políticos pelo menos as vezes, é minorada a visão deles como inimigos mortais.

## 8. Conclusão

O livro **Como as democracias morrem** é bastante atual, descrevendo com exemplos e detalhes um fenômeno de recessão democrática que se tem observado em muitos países. Mesmo tendo enfoque no caso dos Estados Unidos, mas mesmo assim pode ser utilizado como referência para entender o processo de subversão democrática contemporâneo em outros países, inclusive no Brasil. Os autores estudaram a origem do momento de diminuição democrática em que vivemos hoje, porque ele ocorre e o que podemos fazer para freia-lo. O conteúdo da obra é de grande importância para a sociedade como um todo, impactando a forma de como nós observamos o mundo político e, conseqüentemente, a forma como votamos.

## 9. Referências Bibliográficas

**Empresários bancam disparos anti-PT no WhatsApp.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/empresarios-bancam-disparos-anti-pt-no-whatsapp-diz-fof-ha-haddad-reage>>

FALASCA-ZAMPIONI, Simonetta. *Fascist Spectacle: The Aesthetics in Mussolini's Italy*. Berkley: University of California Press, 1997, p.1

GOLDMAN. *PetroState*, p.103, 106, 113-16.

KORNAI, János. **Hungary's U-Turn: Retreating from Democracy.** *Journal of Democracy* 26, n.43 (jul 2015), p.35.

L. SUNQUIST, James, *Dynamics of the Party System: Alignment and Re-Alignment of Political Parties in the United States*. Washington DC: The Brookings Institution, 1983.

**Processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff.** Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/Decisao\\_sobre\\_impeachment\\_CD.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/Decisao_sobre_impeachment_CD.pdf)>

R. BREWER-CARÍAS, Allan. *Dismanteling Venezuela's Democracy*. Nova York:

Cambridge University Press, 2010.

WHITTINGTON. *Bill Clinton was no Andrew Johnson*. P.459.